

**Caderno de Especificações Técnicas - Indicação de Procedência**

**Calçado Infantil de Birigui**



**SINBI - Sindicato das Indústrias do Calçado e Vestuário de Birigui**

# **Sumário**

**Capítulo I Do objeto**

**Capítulo II Do nome geográfico**

**Capítulo III Da descrição do produto objeto da IP**

**Capítulo IV Da delimitação da área geográfica**

**Capítulo V Da descrição do processo de produção do Calçado Infantil de Birigui**

**Capítulo VI Da descrição do mecanismo de controle sobre os produtores que tenham o direito ao uso da IP, bem como sobre o produto**

**Capítulo VII Das condições e proibições de uso da IP Calçado Infantil de Birigui**

**Capítulo VIII Das eventuais sanções aplicáveis**

**Capítulo IX Das disposições finais**

## **Capítulo I**

### **Do Objeto**

Art. 1. O caderno de especificações técnicas da Indicação de Procedência (IP), do Calçado Infantil de Birigui, dispõe sobre o nome geográfico, a descrição do produto, a delimitação da área geográfica, a descrição do processo de produção do Calçado Infantil de Birigui, a descrição do mecanismo de controle sobre os produtores que tenham o direito ao uso da IP, bem como sobre o produto, e as condições e proibições de uso da IP, conforme dispõem os artigos 176 a 182 da Lei 9.279/96, e artigo 6º da Instrução Normativa nº 95/18.

## **Capítulo II**

### **Do nome geográfico**

Art. 2. Do nome reconhecido e sinal distintivo do Calçado Infantil de Birigui.

I. O nome geográfico Indicação de Procedência Calçado Infantil de Birigui remete à identidade local, a uma memória coletiva construída ao longo de mais de 60 anos, na cidade de Birigui, validado no documento que comprova que o nome geográfico ficou conhecido pela fabricação de calçado infantil, de modelagem variada. Birigui é reconhecida pelo Arranjo Produtivo Local, em documento oficial do Estado de São Paulo, e muitas vezes denominada Capital Brasileira do Calçado Infantil.

II. A cidade de Birigui é especializada em calçado infantil, produzindo os mais variados modelos, com as mais variadas matérias-primas, atendendo ao público infantil (bebês, meninas e meninos).

III. O sinal distintivo (Figura 01) foi elaborado simbolizando o calçado infantil de Birigui. O sinal é composto por elementos arquitetônicos existentes em espaços públicos, tais como a Concha Acústica e a Pérola, simbolizando a Cidade Pérola, e que ficam no coração da cidade, na praça Dr. Gama; e pelo Parque Anna Nunes, mais conhecido como o Parque do Povo, por onde passa o córrego Biriguizinho, local de lazer e prática de esportes ao ar livre. Outro elemento reconhecido que remete ao gostinho de infância é o refrigerante de guaraná, produzido na cidade desde os anos 60. Na composição do sinal, a vocação do povo biriguiense pelos esportes coletivos tais como o futebol, bem como pela prática de vôlei na piscina, que surgiu como recreação coletiva e alternativa à prática e aprendizagem de natação. O abraço representa a união do povo biriguiense, sempre alegre, participativo, solidário e acolhedor, e a razão de ser do calçado de Birigui – o público infantil. O cadarço e o seu laço, demonstrando união entre os fabricantes, a diversidade na fabricação do calçado infantil, em numeração e modelos, desde 1958. O coração, demonstrando o orgulho de ser da cidade e de produzir o “Calçado Infantil de Birigui”. A base simbolizando a indústria calçadista infantil, que traduz a garra, a determinação e o empreendedorismo do povo biriguiense. O colorido do desenho nos remete à alegria, vivacidade, atitude e propósitos inerentes ao povo de Birigui, e ao mundo infantil, com predominância da cor de fundo, bem valorizada pelas crianças, em várias fases de sua infância, até a pré-adolescência.

Figura 01. Sinal distintivo da Indicação de Procedência Calçado Infantil de Birigui



### **Capítulo III**

#### **Da descrição do produto objeto da IP**

Art. 3. Os produtos abrangidos por esta IP são calçados infantis variados, fabricados em Birigui, a partir de 1958, tais como tênis, sandálias, papetes, botas, coturnos, sapatilhas, no casual, esportivo e social, feitos para bebês, meninas e meninos. A numeração dos calçados infantis encontrada no Arranjo Produtivo Local - APL vai do tamanho 12 ao 39 (desde calçados para bebês até infantojuvenis). Para a fabricação dos calçados infantis, as matérias-primas utilizadas nos cabedais (cabedal: parte superior do calçado), são materiais sintéticos e derivados do couro, e os solados são de diversas espessuras e materiais, bem como palmilhas (comuns e ortopédicas), cadarços, bordados, acessórios entre outros.

## Capítulo IV

### Da delimitação da área geográfica

Art. 4. A área delimitada da IP "Calçado Infantil de Birigui" compreende a delimitação político-administrativa do Município de Birigui, situado no Estado de São Paulo. Esta delimitação está contida também na solicitação do Instrumento Oficial de Limitação da área geográfica, junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, do Estado de São Paulo.

Mapa 01 – Perímetro do Município de Birigui



Fonte: Informe Técnico do Perímetro do Município de Birigui.

## Capítulo V

### Da descrição do processo de produção do Calçado Infantil de Birigui

Art. 5. O processo produtivo dos calçados infantis de Birigui compreende as seguintes etapas: criação e desenvolvimento de produtos, recebimento de materiais, corte de materiais, preparação, confecção do cabedal, confecção de solados, montagem, acabamento e expedição.

#### I. Criação e desenvolvimento de produtos

a) O processo produtivo do calçado inicia-se com a fase de criação em que profissionais da área de estilismo e *design* realizam pesquisas de tendências de moda, comportamento do consumidor e público-alvo da empresa, e ao final desta etapa traduzem as informações coletadas em desenhos de moda e estilismo.

b) Após a fase de criação inicia-se a fase de modelagem. Nesta fase, modelistas transformam os desenhos de moda e estilismo em um projeto técnico capaz de ser produzido no processo fabril considerando materiais, componentes, cores e texturas.

c) Este projeto técnico (que pode ser manual ou produzido em um *software* CAD – desenho assistido por computador, ilustrado nas Figuras 02 e 03), transforma o desenho em peças como de um quebra-cabeça, que serão unidas novamente no processo produtivo para formação do produto final.

d) Faz parte deste projeto técnico a definição de qual material será utilizado para cada peça, bem como a quantidade necessária para a produção de um par de calçado.

Figura 02 – Processo de Modelagem

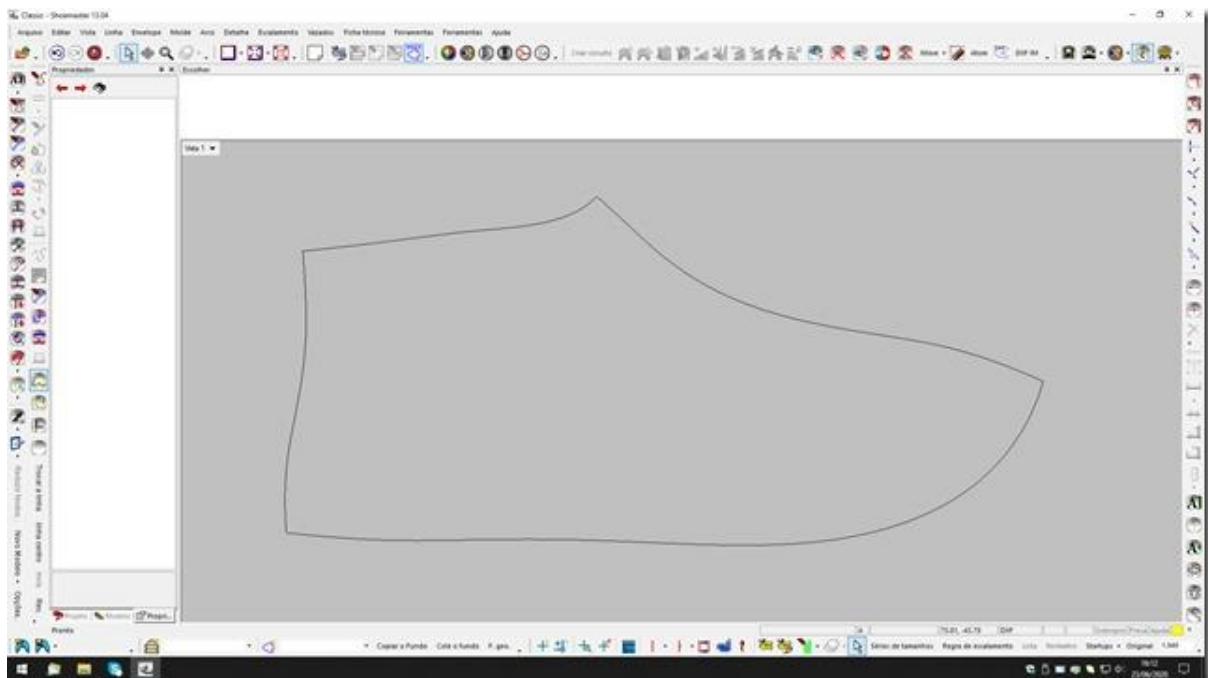
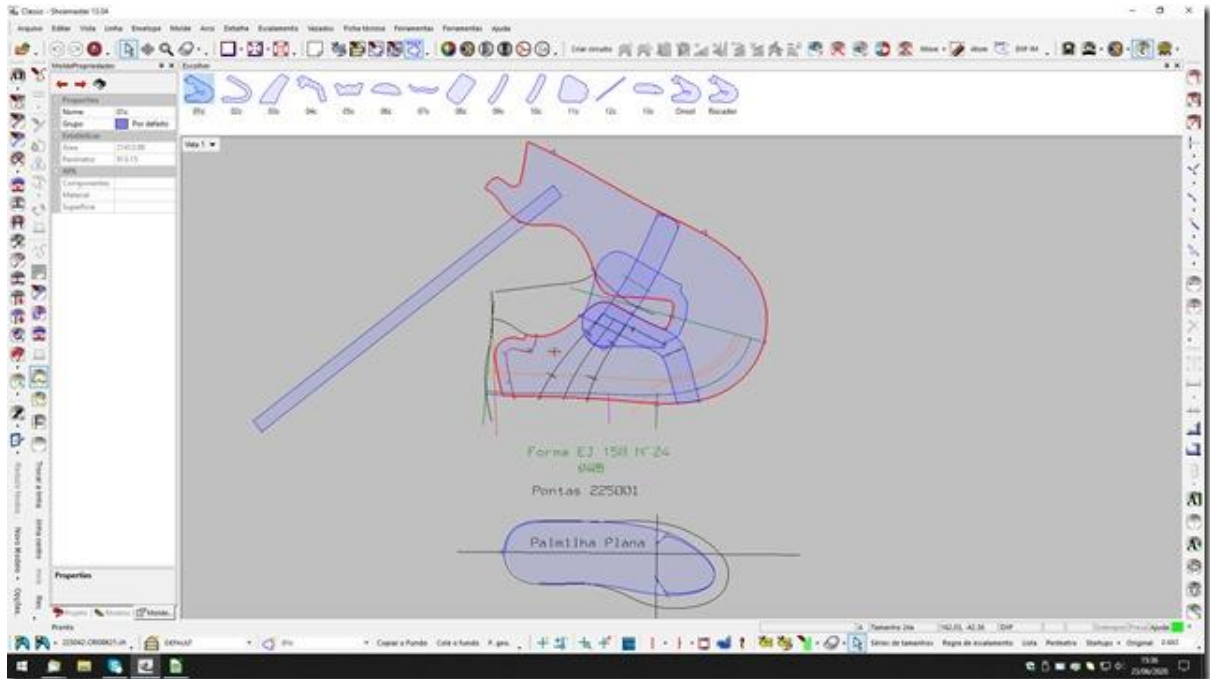


Figura 03 - Modelagem realizada em software – CAD - 2D.



## II. Recebimento de materiais

Sabendo quantos pares serão produzidos e, assim, a quantidade necessária de materiais, estes serão comprados, cabendo ao almoxarifado receber, conferir e armazená-los corretamente facilitando o acesso, distribuição e permitindo que permaneçam em boas condições de uso (Foto 01).

Foto 01 – Armazenamento de Materiais no Almoxarifado.



### III. Corte de materiais

a) Nesta fase, inicia-se o processo de produção do calçado. As peças que foram definidas no projeto técnico são utilizadas como moldes para cortar os materiais. O corte pode ser feito manualmente, utilizando uma lâmina manual seguindo o molde em papelão rígido colocado sobre o material, ou mecanicamente, por meio de prensas hidráulicas conhecidas como Balancins (Foto 02) em que facas especiais feitas conforme as peças do projeto (Foto 03), são pressionadas sobre o material cortando-o, ou, ainda, pode o material ser cortado utilizando a Manufatura Assistida pelo Computador (CAM) (Foto 04), na qual a máquina recebe os desenhos das peças direto do CAD e corta os materiais conforme o encaixe das peças programado no *software*.

b) As peças são cortadas de acordo com a quantidade necessária e seguindo as instruções sobre tipos de materiais, cor e posição de corte, depois são agrupadas em lotes e encaminhadas para a próxima etapa do processo.

Foto 02 – Balancim (Prensa Hidráulica) para corte de calçados.





Foto 03 – Facas para corte em Balancim.



Foto 04 – Mesa de corte automatizada



#### IV. Preparação

As peças cortadas são preparadas para confecção do cabedal conforme o projeto de criação. Nesta etapa, pode ser aplicada à peça reforços para ficarem mais resistentes e estruturadas, as bordas serem dobradas para melhorar o acabamento, chanfros (Foto

05) feitos nas partes que serão sobrepostas para reduzir volume e, ainda, serem marcadas com riscos para orientação na hora da costura e a colagem de peças (Foto 06).

Foto 05 – Chanfro de materiais – preparação para costura.



Foto 06 – Colagem de peças



## V. Confeção do cabedal

Neste momento do processo o quebra-cabeça começa a ser montado, todas as peças que foram cortadas e preparadas serão unidas e costuradas (Foto 07) formando assim o cabedal, esta etapa em algumas regiões é conhecida como pesponto, em que é necessário o maior número de horas de trabalho para produção do calçado.

Foto 07 – Costura das peças do calçado (Pesponto)



## VI. Confeção de solados

Existem solados fabricados com diversos materiais como couro, borrachas, plásticos, Etil Vinil e Acetato (EVA), cortiça, madeira, poliuretano e outros. O processo de fabricação mais utilizado é por injeção de material termoplástico, para isso são necessárias máquinas chamadas injetoras (Foto 08) e matrizes que dão a forma no material injetado, algumas matrizes são simples (Foto 09), outras são mais complexas e com várias partes (Fotos 10 e 11), para a obtenção de solados com partes em diferentes cores.

Foto 08 – Máquina Injetora para solado monocolor



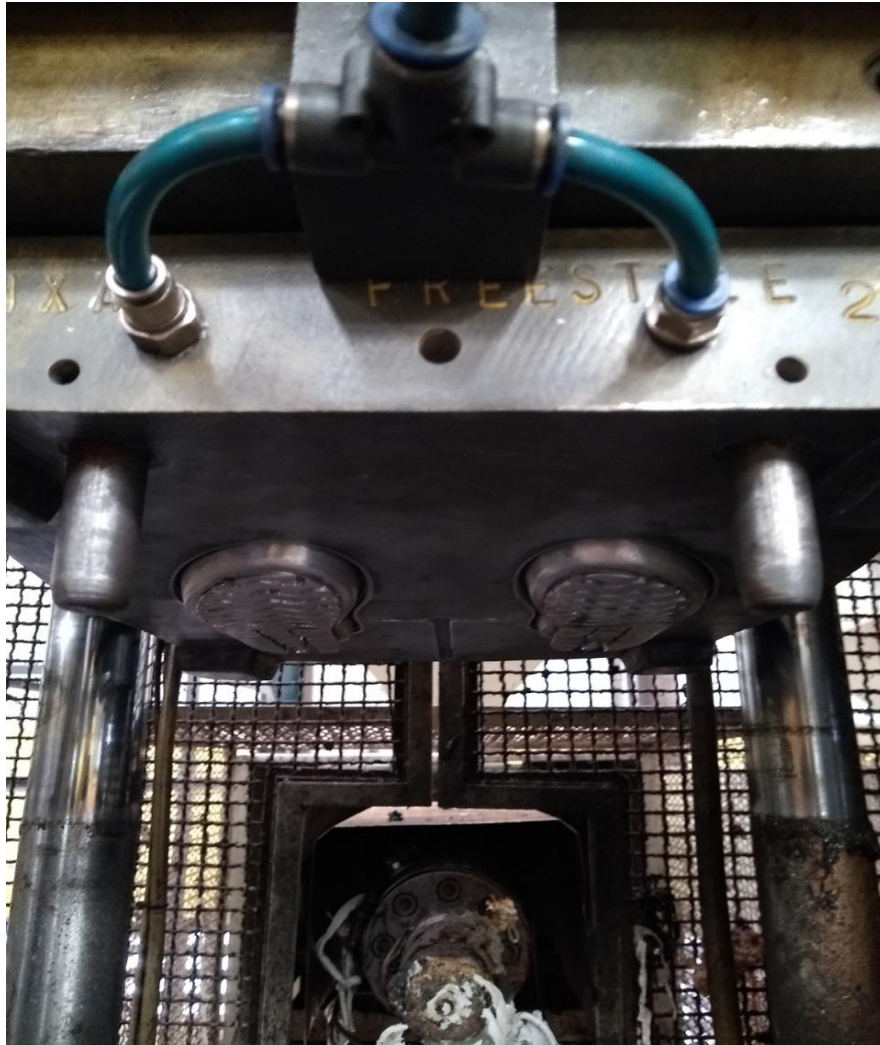
Foto 09 – Molde para injeção de solados monocolor.



Foto 10 – Máquina Injetora para solado bicolor



Foto 11 – Molde para injeção de solado bicolor.



## VII. Montagem

a) Nesta fase é realizada a união do cabedal ao solado, para isso utiliza-se a fôrma que dará estrutura ao calçado. Existem várias técnicas de montagem de calçados, e as mais comuns são:

b) Montagem tipo ensacado em que é costurada uma palmilha no cabedal (Foto 12). Montagem convencional ou colado em que é pregada uma palmilha rígida na forma e é utilizada uma máquina para montar e colar o cabedal nesta palmilha (Foto 13). Montagem *string* ou cordão mestre em que é costurada na borda do cabedal um cordão que ao ser puxado fecha o cabedal prendendo-o a forma.

c) Logo em seguida, o solado recebe limpeza e asperagem química e posteriormente se aplica o adesivo no solado e no cabedal (Foto 14) respeitando os limites das áreas de colagem. É aguardado o tempo de secagem do adesivo e pelo processo de reativação do adesivo as partes (solado e cabedal) são unidas. (Fotos 15 e 15.1).

Foto 12 – Máquina de costura para processo Ensacado e Cordão Mestre.



Foto 13 – Máquina de Montar o bico do calçado.



Foto 14 – Aplicação de adesivo no cabedal e no solado.



Foto 15 – Operação de unir solado ao cabedal.



Foto 15.1 – Montagem



#### VIII. Acabamento

Finaliza-se o processo de produção acrescentando ao calçado os atacadores, palmilhas (Foto 16), realizando limpeza, revisão final e embalagem do calçado em caixa individual.

Foto 16 – Acabamento do calçado, introduzindo palmilha interna.



#### IX. Expedição

Após o calçado ter sido fabricado, passando por todos os processos, e embalado em caixa individual devidamente identificado por modelo, tamanho e cor, ele será agrupado conforme o pedido do cliente e reembalado em caixas coletivas, que serão identificadas com o número da nota fiscal, dados do cliente para entrega, quantidade de volumes do mesmo pedido e só então estará pronto para ser expedido ou enviado para o cliente.



## **Capítulo VI**

### **Da descrição do mecanismo de controle sobre os produtores que tenham o direito ao uso da IG, bem como sobre o produto**

#### **Seção I**

##### **Dos agentes encarregados pelo controle – Conselho Administrativo e Conselho Regulador da IP**

Art. 6. Os agentes encarregados pelo controle interno serão o Conselho Administrativo, formado pelo substituto processual, no caso o SINBI, que irá realizar a gestão do processo de solicitação, e zelar por toda a documentação gerada pelo processo de solicitação de uso da IP; e o Conselho Regulador, que é um órgão autônomo e independente do substituto processual, formado por agentes locais, que possuam competência técnica, e que irão avaliar e deliberar sob a documentação dos produtores solicitantes, e outras providências.

#### **Seção II**

##### **Do Conselho Administrativo da IP**

Art. 7. O Conselho Administrativo da IP tem como missão gerir e administrar as ações inerentes ao desenvolvimento da Indicação de Procedência, bem como, atender as designações do Conselho Regulador, visando o enquadramento pelo qual se regerá a IP "Calçado Infantil de Birigui", conforme legislação e regulamentação vigente a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, e Instrução Normativa nº 95/2018, do Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI.

Art. 8. O Conselho Administrativo da IP Calçado Infantil de Birigui será constituído por 2 (dois) membros do SINBI. Essa indicação dos membros deverá ser feita pelo presidente da entidade, com validade de 2 (dois) anos, passível de renovação. Caso haja a impossibilidade de algum membro cumprir seu papel, o presidente em vigor deverá nomear outro substituto, podendo considerar os demais colaboradores do SINBI.

Art. 9. O Conselho Administrativo da IP do Calçado Infantil de Birigui será gerido pelos representantes do SINBI e terá as seguintes atribuições:

I. Promover e proteger a Indicação de Procedência do Calçado Infantil de Birigui, na qualidade de patrimônio intelectual do município e instrumento de promoção da competitividade do setor calçadista biriguiense no âmbito nacional e internacional de negócios, diferenciando e realçando seus produtos pela procedência, distinguindo-os dos demais;

II. Administrar e gerir o credenciamento das empresas, mediante aprovação do Conselho Regulador;

III. Gerenciar as atividades e orçamentos relativos à administração da IP Calçado Infantil de Birigui;

IV. Responsabilizar-se por propostas de mudanças no presente documento.

V. O Conselho Administrativo da IP Calçado Infantil de Birigui deverá atender às necessidades e solicitações para o desenvolvimento das reuniões do Conselho Regulador da IP Calçado Infantil de Birigui, disponibilizando, obrigatoriamente, recursos humanos e técnicos necessários.

### **Seção III**

#### **Do Conselho Regulador da IP**

Art. 10. O Conselho Regulador da IP é constituído por agentes locais, tendo como missão garantir o conhecimento, bem como a aprovação ou não do credenciamento das indústrias para o uso da IP Calçado Infantil de Birigui.

Art. 11. O Conselho Regulador da IP Calçado Infantil de Birigui não tem relação de subordinação com o SINBI e sua direção, guardando total e irrestrita autonomia para pronunciar-se, emitir opiniões, dar sugestões e fazer solicitações.

Art. 12. O Conselho Regulador da Indicação de Procedência do Calçado de Birigui será composto por: 1 representante do Sindicato das Indústrias do Calçado e Vestuário de Birigui -SINBI; 1 representante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP; 1 representante do Serviço Nacional da Indústria - SENAI; 1 representante da Escola Técnica - Etec Paula Souza, 1 representante da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados - ABICALÇADOS, 1 representante da Associação Brasileira de Empresas de Componentes para Couro, Calçados e Artefatos - ASSINTECAL, 1 representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, totalizando 7 membros.

I. Os cargos e funções do Conselho Regulador serão exercidos de forma voluntária e sem remuneração.

II. Os participantes do Conselho Regulador não responderão solidária ou subsidiariamente pelas obrigações da Indicação de Procedência.

III. A indicação dos membros, será realizada pelas referidas entidades, e terá validade de 2 (dois) anos, passível de renovação.

Art. 13. O Conselho Regulador da Indicação de Procedência do Calçado Infantil de Birigui terá as seguintes atribuições:

I. Propor as instruções normativas, que conterão os formulários, formas de envio, comprovantes, taxa de contribuição, entre outras informações, que passarão pelo crivo dos produtores em assembleia, e serão mantidas no *site* do SINBI.

II. Emitir pareceres e decidir quanto ao credenciamento e descredenciamento de empresas para o uso da Indicação de Procedência Calçado Infantil de Birigui, conforme as normas deste Caderno de Especificações Técnicas e as leis vigentes;

III. Analisar situações de não conformidade, toda vez que for solicitado;

IV. Requisitar ao Conselho Administrativo da IP as providências e/ou aplicar as sanções cabíveis, quando em situações de não conformidade.

V. Elaborar relatório anual das atividades desenvolvidas, contando com o auxílio do Conselho Administrativo.

Art. 14. O Conselho Regulador da Indicação da Procedência Calçado Infantil de Birigui reunir-se-á, no mínimo, em reunião ordinária bimestral, com possibilidade de reuniões extraordinárias.

I. O Conselho deverá publicar no *site* do SINBI, com uma antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, sobre a data, horário, local e pauta das reuniões do Conselho Regulador da IP Calçado Infantil de Birigui.

#### **Seção IV**

##### **Das especificações para solicitação do uso da IP**

Art.15. Para participar do processo avaliativo para concessão de uso da IP Calçado Infantil de Birigui, serão averiguadas as seguintes condições necessárias, a saber:

I . se os produtores ou prestadores de serviço estão na área geográfica delimitada; e

II . se eles cumprem as especificações deste caderno,

III. se realizam a solicitação conforme as instruções normativas.

Art. 16. O produtor solicitante deve possuir sua empresa na área geográfica estabelecida de acordo com a delimitação citada no Art. 4.

Art. 17. O produtor solicitante deve possuir produção de calçado infantil (qualquer modelo), cuja numeração da grade fabricada esteja entre os números 12 e 39, inclusive.

I. Em virtude da quantidade de modelos e materiais, o produtor precisa confirmar por catálogo dos produtos/sites/loja virtual entre outros, se o seu produto é calçado infantil, e demonstrar os modelos e numerações estabelecidas.

II. O produtor precisa confirmar que o processo produtivo é realizado na área geográfica delimitada, em pelo menos 5 etapas do processo produtivo descrito no Capítulo V.; não podendo deixar de ser considerado o Art. 5, inciso V, Confecção do cabedal (parte superior do calçado, considerada a “alma do calçado”), como uma etapa obrigatoriamente local.

Art. 18. O produtor solicitante deverá apresentar o selo Pró-Criança - combate ao trabalho Infantil na cadeia produtiva.

I. O Instituto Pró-Criança é um braço social do substituto processual, que apoia e incentiva o uso do selo “Empresa Comprometida com a Proteção e a Educação da Criança”. Trata-se de uma declaração que as empresas recebem e exaltam na comercialização de seus produtos e serviços, tanto nacional como internacionalmente, pela não utilização de mão de obra infantil. Maiores informações disponíveis em: <http://procriancabirigui.org.br/>.

II. O produtor necessita, no ato da solicitação da utilização da IP, entregar uma cópia da certificação da auditoria realizada pelo Pró- Criança em sua empresa.

Art. 19. O produtor solicitante deverá apresentar documentos que comprovem possuir canais de atendimento e/ou ouvidoria, onde o consumidor estabelece contato com o fornecedor ou fabricante do produto adquirido.

I. O produtor necessita, no ato da solicitação da utilização da IP, entregar uma cópia de documento que conste o canal de atendimento e/ou ouvidoria, ou número de telefone na caixa individual, no *site*, na nota fiscal ou equivalente.

Art. 20. O produtor solicitante deverá apresentar, no mínimo, um documento que comprove uma política de recursos humanos, voltada à formação dos colaboradores, com foco na melhoria de processo produção e qualidade de produto, atendimento ao público ou formação de liderança; por meio de treinamentos, *workshops*, mentoria, *coaching*, palestra, capacitação presencial ou *online*.

I. O produtor necessita, no ato da solicitação da utilização da IP, entregar uma cópia do certificado de capacitação do(s) colaborador(es), que tenha sido emitido até dois anos, no máximo.

Art. 21. O produtor solicitante deverá apresentar documentos que comprovem a promoção de seu produto e sua empresa, como composto mercadológico, por meio da comunicação da empresa, e em mídias sociais.

I. O produtor necessita, no ato da solicitação da utilização da IP, apresentar perfis com constante atualizações de conteúdos relevantes, relacionados à empresa e ao produto, com fotos de qualidade, e comunicação clara nas redes sociais (exemplos: *site*, loja *online* própria, *facebook*, *instagram*) onde seu produto é divulgado.

Art. 22. O produtor solicitante deverá apresentar documentos que comprovem o controle de qualidade do produto.

I. O produtor necessita, no ato da solicitação da utilização da IP, comprovar, por meio de fotos, que o produto possui controle de qualidade, e é informado em *tags* (etiquetas) ou caixa individual do calçado, o selo de controle de qualidade garantida ou equivalente.

## **Capítulo VII**

### **Das condições e proibições de uso da IP Calçado Infantil de Birigui**

Art. 23. Após o credenciamento, será entregue para a empresa um documento contendo a identidade visual e as condições de uso, de acordo com o Caderno de

Especificações Técnicas da IP Calçado Infantil de Birigui, e as instruções normativas a serem emitidas pelo Conselho Regulador e mantidas no *site* do SINBI.

Art. 24. A empresa credenciada para o uso do sinal distintivo da IP Calçado Infantil de Birigui, é obrigada a zelar pela imagem e reputação do IP, sendo obrigada a responder por prejuízos causados pelo uso indevido do sinal, após a apuração e legitimação dos fatos.

Art. 25. A empresa credenciada à IP Calçado Infantil de Birigui que descumprir o presente Caderno de Especificações Técnicas, ou deixar de pagar contribuições fixadas, será passível de penalidades, sem direito a qualquer tipo de indenização e/ou compensação.

Art. 26. O uso do sinal distintivo do Calçado Infantil de Birigui pela empresa credenciada não denota responsabilidade civil ou criminal, resultante dos produtos ou serviços, para o SINBI.

Art. 27. O prazo de credenciamento é válido por 12 meses, antes de findar o prazo é necessário fazer a renovação dos documentos para a empresa se manter credenciada. Enquanto estiver em análise a renovação pelo Conselho Regulador, a empresa ainda pode utilizar a IP nos termos deste Caderno de Especificações Técnicas.

Art. 28. O uso do sinal é exclusivo para empresas credenciadas. Quando do uso indevido por empresas não credenciadas, o substituto processual, e o Conselho Regulador, deverão observar quais são as ações cabíveis, com base nas leis vigentes.

## **Capítulo VIII**

### **Das eventuais sanções aplicáveis**

Art. 29. A empresa credenciada que demonstrar alguma irregularidade com relação ao uso da IP, sofrerá advertência, por escrito, do Conselho Regulador.

I. Por ações e/ou omissões que causem danos à IP;

II. Por descumprimento do Caderno de Especificações Técnicas;

III. Pelo uso indevido do sinal distintivo, e pelo não recolhimento de contribuições descritas quando da solicitação.

Art. 30. A empresa credenciada, que sofreu advertência, será objetivamente descredenciada se não responder em 15 dias úteis a serem contados da notificação, e resolver as irregularidades descritas no Art. 29.

Art. 31. A empresa deverá ser expressamente notificada do seu descredenciamento pelo Conselho Administrativo da Indicação de Procedência, atendendo solicitação do Conselho Regulador.

I – A partir do descredenciamento, a empresa não poderá mais utilizar a IP nas embalagens, nos produtos, manuais, e outras formas de comunicação. Não é necessário fazer *recall* de produtos que já estiverem em circulação.

Art. 32. A empresa tem direito a recurso administrativo no prazo de 15 dias úteis a serem contados da notificação do descredenciamento, e os recursos serão julgados pelo Conselho Regulador vigente.

Art. 33. A empresa descredenciada poderá solicitar novo credenciamento após 6 (seis) meses da data em que expirou a autorização para o uso da IP Calçado de Calçado Infantil de Birigui, e se for constatada nova irregularidade, o prazo será de 12 (doze) meses.

## **Capítulo IX**

### **Das disposições finais**

Art. 34. Aplicam-se as normas deste Caderno na observância e sem prejuízo das demais legislações em vigor.

Art. 35. O presente Caderno deverá ser apreciado e aprovado em assembleia geral, realizada pelo substituto processual, de acordo com as regras do estatuto social interno, e a Instrução Normativa nº 95/2018.

Art. 36. O presente Caderno entrará em vigor, após reconhecimento da IP Calçado Infantil de Birigui, pelo INPI.

Art. 37. Os casos omissos que não contemplem resposta neste Caderno de Especificações Técnicas deverão ser resolvidos pelo Conselho Regulador.